

# O quadro mudou *Com. Brasil*

Seria um fato corriqueiro, num governo coeso e com uma liderança firme, a aprovação pelo presidente da República de uma proposta do Ministério da Fazenda. Entretanto, no governo Itamar, que tem a indecisão como uma de suas principais características, uma atitude desse tipo merece ser destacada.

O presidente analisou com o ministro Fernando Henrique Cardoso os cortes propostos pela equipe econômica no Orçamento da União para o próximo ano e aprovou-os, sem restrições. Ainda hoje, a nova versão da proposta orçamentária deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional. Desse modo, o presidente dá seu aval a uma etapa essencial do programa de ajuste econômico que vem sendo elaborado pela equipe do ministro Fernando Henrique praticamente desde que ela chegou ao governo, há pouco mais de seis meses. É a etapa do combate ao déficit. Confrontado esse déficit, será a hora, então, de desferir o golpe final contra a inflação, que, no Brasil, por causa da indexação, criou mecanismos de defesa contra as terapias antiinflacionárias que funcionaram bem em outros países.

Para o governo, o momento não poderia ser mais adequado do ponto de vista político. A desmoralização do Congresso Nacional desde que a CPI do Orçamento iniciou seus trabalhos parece ter chegado ao ponto culminante com as revelações dos últimos dias. São, por isso, cada vez menores as possibilidades de o Legislativo resistir a um programa de ajuste do setor público que, se não é o melhor que se poderia propor, é o que pode ser feito nas atuais circunstâncias. E, para todos os brasileiros responsáveis, já é mais do que hora de o Congresso apoiar um programa como esse, pois sem ele continuará aberta a principal fonte de alimentação da inflação e da crise econômica.

Mesmo os políticos que, de início, mais resistiram às linhas gerais do programa de cortes anunciado pelo ministro da Fazenda na sexta-feira passada, por imaginarem que esse programa reduziria os recursos dos Estados e municípios no próximo ano, estão mudando de opinião.

Governadores e prefeitos sempre foram os principais adversários do programa do ministro, sob a alegação de que o bloqueio de 15% das transferências da União para Estados e municípios representaria uma perda de receita insuportável para eles, particularmente num ano de eleição.

Fernando Henrique, no entanto, acaba de demonstrar que não será tão difícil assim movê-los dessa atitude ao convencer o governador Fleury Filho de que esse bloqueio, para a constituição de um Fundo de Reserva para obras sociais, não acarretará uma redução real das receitas estaduais e municipais, uma vez que o Fundo será constituído com recursos proporcionados pelo aumento da arrecadação federal e, além do mais, retornará aos Estados e municípios na forma de verbas para obras no setor da saúde.

O governador de São Paulo, depois de ouvir os argumentos do ministro da Fazenda, se convenceu de que deve "colaborar com o governo".

Além disso, há razões para acreditar que o governo está disposto a negociar a questão do aumento das alíquotas dos impostos federais, principalmente depois que obteve importantíssima vitória no Supremo Tribunal Federal, que considerou constitucional a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Com isso, à medida que os juizes das instâncias inferiores forem cumprindo a decisão do STF, o governo irá recebendo entre US\$ 6 bilhões e US\$ 7 bilhões depositados em juízo pelas empresas que recorreram à Justiça para não recolher suas contribuições. E passará a contar, doravante, com o recolhimento regular da Cofins aos cofres da União.

Por tudo isso, não há dúvida de que mudou para melhor o quadro em relação às possibilidades de aprovação do programa preparado pelo governo. Espera-se, agora, que o Congresso aproveite esta oportunidade para iniciar sua reabilitação perante o público, aprovando com a rapidez necessária um programa sem o qual, como advertiu o ministro Fernando Henrique, não escaparemos da hiperinflação no próximo ano.